

# OS ESPAÇOS DO TRABALHO, DO SABER E DA REPRODUÇÃO DA VIDA DAS MULHERES-TRABALHADORAS-MÃES NA UESB – VITÓRIA DA CONQUISTA/BA: DOS ESPAÇOS “NEGADOS” AOS “RECONQUISTADOS”.

Joseneide Jesus dos Santos Freire<sup>1</sup>

Suzane Tosta Souza<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo instituiu como tema a primazia por um olhar da realidade concreta, além da aparência, das mulheres-trabalhadoras-mães e estudantes entre os espaços do trabalho, do saber e da reprodução da vida. O objeto de investigação é a produção e reprodução da vida das mulheres-mães-trabalhadoras-estudantes que acessam e vivenciam os espaços acadêmicos, neste caso a UESB/Campus de Vitória da Conquista/BA. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, se ancorando no método dialético para leitura do real-concreto. Estudos sobre a reprodução de uma sociedade capitalista e patriarcal, incide, diretamente, na desvalorização da força de trabalho feminina, com agravamento quando se trata de mulheres negras. Buscou-se analisar o papel da mulher na sociedade do trabalho, permeada pelo desemprego – que se agrava, ainda mais, durante a pandemia do Sars-Cov-2 e da Covid19; tendo como *loco* de análise a realidade da força de trabalho feminino na cidade de Vitória da Conquista-BA.

**Palavras-chave:** Espaços do trabalho, patriarcado, precarização do trabalho feminino, reprodução da vida.

## Abstract

This article established as its theme the primacy of a look at the concrete reality, beyond appearance, of women-workers-mothers and students among the spaces of work, knowledge and the reproduction of life. The object of investigation is the production and reproduction of the lives of women-mothers-workers-students who access and experience academic spaces, in this case UESB/Campus de Vitória da Conquista/BA. This study is characterized as a qualitative research, anchored in the dialectical method for reading the real-concrete. Studies

---

<sup>1</sup> Joseneide J. S. Freire: Graduada em Geografia pela UESB e Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação PPGeo-UESB. E-mail: fvjosy@gmail.com

<sup>2</sup> Profa. Suzane Tosta Souza, Doutora em Geografia Humana pela Universidade Federal de Sergipe (2008). Professora (Nível Pleno) dos Cursos de Graduação e Pós Graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu) em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade (CNPq). E-mail: suzanetosta@uesb.edu.br

on the reproduction of a capitalist and patriarchal society directly focus on the devaluation of the female workforce, with aggravation when it comes to black women. We sought to analyze the role of women in the work society, permeated by unemployment – which worsens, even more, during the Sars-Cov-2 and Covid19 pandemic; having as locus of analysis the reality of the female workforce in the city of Vitória da Conquista-BA.

**Keywords:** Spaces of work, patriarchy, precariousness of women's work, reproduction of life.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem por objetivo compreender as dificuldades das mulheres nos espaços do trabalho, acadêmicos (de produção do saber) e de reprodução da vida, na condição da mulheres-trabalhadoras-estudantes, bem como sua condição maternal – no contexto das políticas de permanência da mesma e conclusão de sua qualificação profissional nos espaços da UESB/Campus de Vitória da Conquista/BA. Relacionaremos, ainda, a reprodução das condições materiais das mulheres, dentro e fora da Universidade, nos espaços públicos (do trabalho ou da Universidade) e privado (da casa) com o processo de produção do espaço, compreendendo-as como sujeitos que desempenham diversas funções produtivas (além das funções reprodutivas), inclusive na condição do trabalho produtor direto de mais-valia, e que ao longo de sua reprodução social produz o espaço, embora muitas vezes seja invisibilizada.

O presente artigo se sustenta, teoricamente, nas categorias de análise: espaço e trabalho-feminino. Essas reflexões foram sustentadas pelas teorias desenvolvidas e retomadas por autores já conhecidos da Geografia, demonstrando a importância do debate na Ciência Geográfica do papel das mulheres na produção e reprodução da vida e, de forma bastante incisiva, e contraditoriamente, na produção do capital por meio do emprego de sua força de trabalho, gerando valor. Para tanto, destacam-se autores como: Henri Lefebvre (2006), Neil Smith (1988), Ana Fani Carlos (2008), Lenyra Rique da Silva (2001), e outros. Buscando compreender o processo de reprodução dessas mulheres nos espaços relativos da cidade de Vitória da Conquista-BA, abarcando um recorte da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

A esfera documental da pesquisa é composta de coleta de dados oficiais do IBGE, do IBGE-PNAD e outros órgãos de pesquisa sobre: desemprego, desigualdade salarial em relação aos homens, trabalhadoras mães-solo e mulheres chefes de família, a evasão da mulher no ensino superior, dentre outros. Assim como, também, a aplicação de formulários com mulheres-mães-trabalhadoras e estudantes que vivenciam o cotidiano dos espaços da universidade. O presente estudo nasce das reflexões iniciadas quando da realização de pesquisa monográfica de final do Curso de Licenciatura em Geografia/UESB, em que buscamos compreender às dificuldades das mulheres-mães-trabalhadoras-estudantes não apenas em acessar o ensino superior público, mas para nesses espaços permanecerem.

## **A GEOGRAFIA, AS MULHERES E O TRABALHO FEMININO.**

O aprofundamento teórico e a leitura do real concreto nos evidenciaram a possibilidade de realizar esse olhar sobre as mulheres, o trabalho e os espaços de reprodução

da vida, pelo âmbito do debate geográfico, uma vez que as mulheres não apenas compõem a maior parte da população brasileira<sup>3</sup> e do mercado formal e informal de trabalho<sup>4</sup>. Assim, compreende-se que em sendo a Geografia a ciência que estuda a produção do espaço, pode-se considerar que essas mulheres – enquanto sujeitas reais da História – são legítimas produtoras do espaço; mas, além disso, conforme aponta pesquisa realizada por Saffioti (2018) são às mulheres as principais responsáveis pelos espaços reprodutivos – o espaço doméstico, onde a vida acontece, não apenas por gerar, mas também por cuidar dos outros sujeitos (homens e mulheres) nos espaços de reprodução da vida.

A partir de então, encontramos também nos referenciando em outras pesquisas já realizadas pela Geografia (FRANCO, 2004; LEBRÃO, 2016; SILVA, 2021), a mediação dialética para se pensar a relação entre mulheres-produção do espaço e reprodução da vida. Para tanto, nos ancoramos nas reflexões trazidas por Henri Lefebvre (2006) ao apontar que o espaço é historicamente produzido pelos sujeitos (homens e mulheres) ao longo da reprodução de sua existência; e que a apropriação desse espaço carrega a marca das desigualdades e das contradições existentes na sociedade composta por classes sociais antagônicas. Através dos conceitos de espaço absoluto e espaço relativo, presentes nas reflexões de Lefebvre (2006) e Smith (1988) e acrescentada por Harvey (2013) enquanto um espaço também relacional, acompanhamos, por meio do debate trazido pela Geografia Crítica, a concepção de que o espaço não é apenas receptáculo, substrato, onde a vida simplesmente acontece; ou palco onde se simulam as relações a partir de um olhar idealista.

## **A PERMANÊNCIA DA MULHER NOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE**

O percurso percorrido pela mulher na educação e em busca da profissionalização, em geral, se configura como uma trajetória marcada pela opressão e a desvalorização. Com avançar dos anos, a situação da mulher não difere das condições de busca pela democratização do ensino e pela liberdade feminina. Apesar de hoje as mulheres serem em número expressivo dentro das universidades, nas mais diversas áreas do conhecimento, um ardo caminho foi percorrido.

No perfil acadêmico feminino encontram-se esposas, mães, trabalhadoras formais e informais, do campo, das cidades e povoados, mas, sobretudo, da classe trabalhadora. Buscam na academia – esse campo democrático onde ocorre a popularização do ensino superior – o local de inclusão social, e é sobretudo nesse, que as mulheres buscam conquistar e/ou reconquistar seu espaço. Segundo a pesquisadora Fernanda Fernandes – do Portal MultiRio, hoje a presença feminina é marcante em todos os níveis de formação educacional. No entanto, o maior índice de procura aos estudos reflete aos cuidados com filhos e com o lar, muitas buscam melhorar sua condição de moradia e de vida para suas crianças através de uma profissão.

Mas, conforme atestamos na referida pesquisa, não basta acessar o espaço acadêmico, o que para muitas mulheres, sobretudo as mais pobres, oriundas das periferias, já seria um grande feito. Há um grande esforço feminino para manter-se presente nos espaços da universidade e toda essa luta tem o propósito de torna-se visível, buscando compreensão e valorização dentro da sociedade machista e misógina constituída pelo patriarcado, sistema opressor que viola os direitos da mulher e a submete a uma vida de ausência da liberdade do

---

ser. As dificuldades encontradas são, de certa forma, desanimadoras, mas, a resiliência e a esperança, é o tempero que as fazem manter o foco, no sentido de lutar pelo direito a educação, qualificação profissional e melhores condições de vida.

O contexto histórico de opressão direcionada a mulher no Brasil é herança dos tempos coloniais, mas se reproduz na sociedade atual, mesmo depois de tantas lutas e conquistas obtidas no campo da política e da via jurídica. Até então, centenas e milhares de mulheres foram destratadas, agredidas, violentadas e até mortas, para que hoje, as mulheres dos nossos tempos pudessem (re)existir, impor suas vontades, lutar por seus direitos, gritar pelo controle sobre seu próprio corpo, inclusive buscar uma formação de nível superior.

Nos tempos coloniais, as mulheres eram subordinadas aos homens, pais e maridos, não tinham poder de decisão, eram responsáveis pela casa, pela reprodução da espécie e por cuidar dos filhos. O processo educacional se limitava a aprender a cozinhar, costurar, lavar, ajudar na lavoura, porém o conhecimento, além da sua casa, lhe era negado; as mulheres que ousavam aprender a ler era mal vistas e motivo de chacota. Muitos foram os empecilhos até a primeira mulher, no Brasil, ter acesso a universidade, conforme aponta a pesquisa de Debora Motta (FAPERJ-2014), ao demonstrar que no país, em finais do século 19, apenas duas mulheres ousaram estudar em período onde a mulher era um ser passivo na sociedade.

A primeira mulher brasileira a possuir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, que se graduou em Medicina no ano de 1882, porém nos Estados Unidos, não no Brasil. Desta forma, em 1887, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) se torna a primeira mulher a se graduar no País na Faculdade de Medicina da Bahia, embora tenha iniciado seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois, por motivos familiares, se transferido para a faculdade em que se formou.” (FAPERJ, 2014, Reportagem agosto/14)

Essas conquistas, embora individuais, reverberou no universo feminino, e passaram a influenciar muitas mulheres, mas ainda, não se configurava como algo concreto para as mulheres proletárias. Posto que, essas mulheres não possuíam o histórico de pertencer às classes populares, algo que só foi se efetivar nas primeiras décadas do século XX, mas obedecendo a uma divisão do trabalho – que direcionava às mulheres, sobretudo, ao aprendizado de habilidades para o lar ou ao magistério, e o contato mais direto com a formação de crianças e adolescentes. Portanto, essa não foi um caminho fácil, nem se fez da noite para o dia, foi se construindo na luta cotidiana, no próprio movimento político que efervescia na sociedade brasileira. Atualmente, pesquisa publicada pelo IBGE, no ano de 2021, dá conta que as mulheres tem mais acesso ao ensino superior que os homens, mas ainda há um acesso pequeno a determinadas áreas do conhecimento como às Engenharias e às Tecnologias da Informação.

As mulheres são mais da metade das matrículas em áreas como bem-estar — que inclui o curso de serviço social (88,3%) —, saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%) e educação (65,6%), por exemplo. Por outro lado, representam apenas 13,3% dos alunos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 21, e 21,6% dos cursos de engenharia e profissões correlatas.

A maior instrução em nível superior das mulheres também não se traduz em maioria entre os docentes universitários. Em 2019, elas eram 46,8% do total de docentes no país. Mais do que apenas o patamar baixo, chama atenção o avanço muito lento em quase duas décadas. O índice era de 43,2% em 2003.

(Valor Econômico, 2021, Reportagem março/21)

Embora esse seja um dado mais geral, não permitindo aferir a classe social dessas mulheres, se são trabalhadoras e mães, dá um indício do acesso dessas ao ensino superior,

algo que há algumas décadas atrás era bem restrito. Por outro lado, a difusão do ensino superior privado e a conversão da educação superior à condição de mercadoria, também intensifica esse processo. Para nós, na referida pesquisa, interessa saber as formas de luta das mulheres mães da classe trabalhadora não apenas acessar o ensino superior público, mas para nesse se manter; bem como compreender a reprodução dessas nos espaços acadêmicos, do trabalho remunerado ou mesmo do lar – do espaço da reprodução da vida.

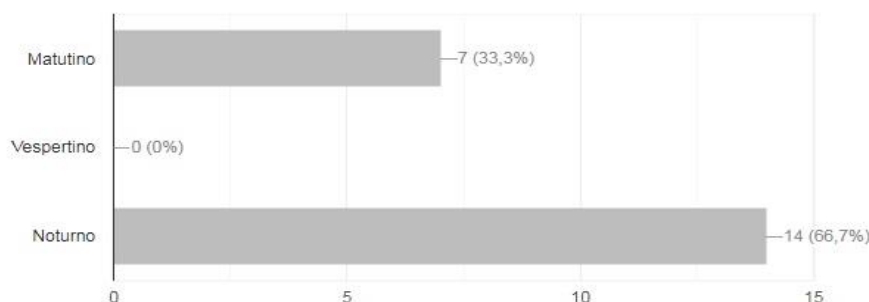
A busca pelo acesso e permanência da mulher nos espaços acadêmicos é uma luta enfrentada por mulheres que conquistam este espaço a duras penas. Em 1929, foi criada a União Universitária Feminina, presidida pela engenheira Carmem Velasco Portinho a qual foi de grande importância para a permanência das mulheres nas faculdades a partir de 1930. Composta de profissionais em diferentes áreas de graduação, este movimento promoveu incentivos para demonstrar às mulheres estudantes do ensino superior que elas não estavam sozinhas, dando visibilidade social às mesmas. Porém, nos dias atuais, onde o acesso ao ensino superior se popularizou para a classe trabalhadora, a trajetória feminina nas universidades é solitária e silenciada. Antes, por conta do preconceito pelo simples fato de serem mulheres, hoje, pelas dificuldades financeiras e a sobrecarga de trabalho (dentro e fora de universidade) que a mulher da classe trabalhadora enfrenta.

Muitas são as dificuldades dessas mulheres para permanecer nesses espaços: a necessidade do trabalho remunerado, a maternidade, a falta de rede de apoio e auxílio dos seus companheiros, fatos que as fazem desanimar no prosseguimento da sua formação de ensino. Além destes fatores, as estudantes trabalhadoras precisam vencer o cansaço de uma longa jornada de trabalho para entender os conteúdos, até percorrer o trajeto de volta pra casa e ter insuficientes horas de descanso. Isso, para começar tudo novamente no dia seguinte. É o que veremos no próximo subitem, ao considerar a realidade concreta das mulheres-mães-trabalhadoras e estudantes da UESB – Campus de Vitória da Conquista entrevistadas.

## **AS DIFICULDADES DAS MULHERES-MÃES-TRABALHADORAS SE MANTEREM NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS.**

Através das respostas obtidas por meio de formulários eletrônicos, gerados pelo *Google Forms*, pôde-se compreender um pouco mais do universo complexo e diverso de produção e reprodução das mulheres-trabalhadoras e mães estudantes da UESB, Campus de Vitória da Conquista/BA, tanto em seu espaço de produção (o trabalho, a universidade) quanto de reprodução da vida – onde desempenham o trabalho doméstico (reprodutivo). A pesquisa trouxe dados importantes referentes ao público feminino dentro da comunidade acadêmica, demonstrando que 66% das alunas entrevistadas frequentam a universidade no período noturno, devido a rotina de trabalho durante o dia. Esse representa tanto o trabalho remunerado (produtivo) quanto o trabalho reprodutivo (tempo de trabalho dedicado aos cuidados com o lar e a criação dos filhos). Trata-se de um dado bastante importante para a pesquisa, pois além de confirmar a dupla, tripla, senão continua jornada de trabalho que essas mulheres desempenham para ter o tão sonhado acesso ao ensino superior e a “futura qualificação profissional”, demonstra, também, que essas só conseguem acessar os cursos noturnos, não tendo, por exemplo, a opção de escolher cursos matutinos ou cursos integrais, oferecidos durante o período em que desempenham outras atividades laborais como condição de sobrevivência. Ou seja, o acesso à Universidade Pública se democratiza, mas, em parte, e sobretudo, nos cursos noturnos para essas trabalhadoras. A figura 10 sistematiza esse resultado obtido pela pesquisa.

Figura 10: Índice de mulheres estudantes por turno na UESB (2021)



Fonte: *Formulário de Pesquisa - Google Forms (2021)*

Às mulheres-mães-trabalhadoras são impostas a uma rotina acadêmica que, muitas vezes, não podem exercer, uma vez que apesar de estarem, em sua maioria, em cursos no turno noturno, muitas atividades são desenvolvidas durante o dia. Os grupos de pesquisa, de leitura, programas complementares de formação à docência, bolsas de monitorias e Iniciação Científica, por exemplo, acontecem em período oposto ao frequentado na instituição. Essas atividades de estudo são muito importantes para o desenvolvimento desses estudantes, mas acabam sendo inacessíveis para essas mulheres-mães-da classe trabalhadora.

É mister ressaltar que, quando ocorre o ingresso dos alunos no ambiente acadêmico, a expectativa é de que possam vivenciar todas (ou pelo menos parte das) experiências e usá-las para o exercício futuro da profissão. Porém, as discentes-mães-trabalhadoras entrevistadas, inclusive alunas do curso de Licenciatura em Geografia se sentem frustradas por não terem vivido o esperado. Essas mulheres que são mães e trabalham fora de casa, declararam, ainda, que não conseguem conciliar a rotina de estudos com os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos, caindo assim o seu rendimento. Essa, também, é uma realidade que incidirá em um futuro ingresso no mercado de trabalho, uma vez que concorrerão com discentes que tiveram tempo de dedicação integral ao curso, podendo acessar, ainda, outras experiências formativas que a Universidade Pública proporciona<sup>5</sup>.

Nos formulários respondidos, observa-se que ao mesmo tempo em que as entrevistadas anseiam concluir seus cursos, sentem-se desprivilegiadas e cansadas para as produções de textos, atividades, seminários, enfim, toda a rotina acadêmica comum nos espaços universitários. Apresentam, portanto, certo receio em enfrentar o parco mercado de trabalho, e por vezes, se sentem menos preparadas que seus colegas que se dedicam integralmente ao curso. O desejo da conclusão do curso, não significa, necessariamente, o fato de quererem se distanciar do espaço acadêmico, ou que estejam preparadas para adentrar o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para diminuir sua carga horária de trabalho.

<sup>5</sup> É preciso se destacar que a pesquisa conseguiu atingir apenas aquelas mulheres-mães trabalhadoras que ainda se mantinham na Universidade, mas também é visível a diminuição de alunos nessas turmas, ao longo do tempo, que em grande parte dos cursos de UESB é de 40 alunos no ingresso. Embora não se possa, imediatamente, concluir que essa evasão seja apenas de mulheres-mães-trabalhadoras, certamente essas também compõem algum percentual dessa situação, pela impossibilidade de conciliarem os estudos com tantas outras atividades laborais e de criação dos filhos. A presente pesquisa, se propõe a ser, também, a voz dessas mulheres-mães-trabalhadoras, que mesmo lutando bastante para a adentrar a Universidade Pública, não conseguiram nessa permanecer.

A rotina diária dessas mulheres-mães-trabalhadoras e estudantes da UESB começa cedo, às vezes às 5 da manhã, ou até antes. É hora de arrumar e alimentar os filhos, “adiantar o almoço”, cuidar da casa, manter tudo limpo e arrumado, deixar os filhos na escola, correr para o trabalho, ou iniciar a jornada de trabalho de casa (para as que trabalham por conta própria). Ao final do dia, com o corpo e a mente cansados, não é dada a essa mulher o direito ao descanso. É hora de se arrumar (quando dá tempo), pegar material, enfrentar ônibus coletivo (senão intermunicipais – quando residem em outros municípios)<sup>6</sup> e ir para a faculdade. No retorno para casa, chegam tarde, algumas por volta da meia-noite. É hora de descansar um pouco, para começar tudo no dia seguinte; isso se não tiver um filho ou parente enfermo que demande de seus cuidados.

Essas trabalhadoras necessitam de seus empregos para manterem suas famílias assistidas economicamente, e, por isso, submetem-se a longas jornadas de trabalho, fazendo horas-extras, chegando antes do horário, e após o dia exaustivo, se deslocam para a universidade e enfrentam ônibus lotados, pois, em geral, não possuem meios de transporte próprios. Uma rotina muito difícil para essas mulheres. Além disso, a maioria das entrevistadas não possui rede de apoio familiar e levam consigo a sua criança, para que nos intervalos, entre as aulas, possa alimentá-la, dar atenção, e para que o ambiente não seja muito estressante para a criança e a mãe, de forma lúdica, tenta fazer o ambiente se tornar mais leve para os pequenos. É comum nos corredores dos módulos de ensino encontrar crianças brincando, correndo, vivendo a infância que diretamente está lhe sendo negada<sup>7</sup>.

Essas mulheres-mães-trabalhadoras convivem com um cotidiano de labuta diária e sobrecarga de trabalho todos os dias e o inimigo não é invisível, é materializado na falta de comprometimento de todos com a causa da mesma. O Estado não lhe deu a condição de estudar quando jovem ainda sem a maternagem em uma grande maioria, e continua não assistindo suas necessidades com a chegada dos seus filhos, por isso muitas dessas mulheres, por falta de estrutura e do apoio social, decidem por se afastar do ensino, agarrando a ideia que um dia poderá retornar e estudar, mesmo que este dia esteja longe de acontecer. A dificuldade dessas mulheres para se manter nos espaços acadêmicos é muito maior devido as dificuldades vividas em seus lares e empregos. Em outros casos, jovens mães também responderam o formulário, algumas dessas vivendo a condição de uma gravidez (às vezes mais de uma) não planejada durante a vigência do curso. Nesse caso, também apontaram a dificuldade de manutenção dos estudos, e após o parto, apesar da Universidade garantir a licença-maternidade e o atendimento domiciliar, esse deixa a desejar; sendo constante casos de trancamentos – total ou parcial, de seus cursos. Desta feita, seguiremos analisando os dados sobre as políticas de permanência da mulher dentro da universidade.

---

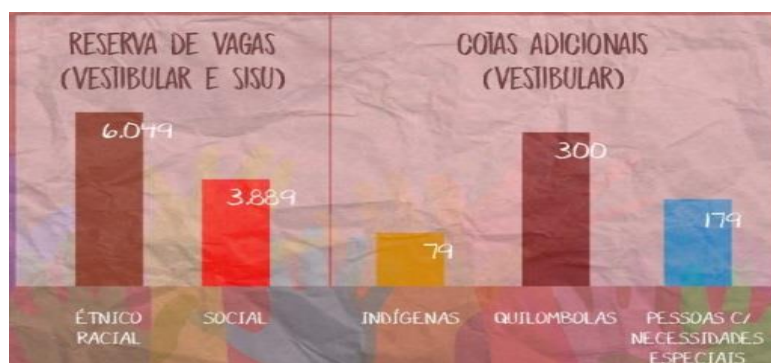
<sup>6</sup> Em recente pesquisa realizada por Santos e Souza, publicada em 2018, apontou-se que entre discentes de Cursos de Licenciatura, como Geografia e História, por exemplo, o percentual de alunos migrantes que se deslocam, diariamente, para seus municípios de origem pode chegar a 25% do total das turmas.

<sup>7</sup> Ressalta-se que há uma Creche no espaço da UESB, mas essa, além de oferecer poucas vagas que são disputadas entre docentes, técnicos-administrativos e discentes, só funciona no diurno. As mães do noturno não possuem essa opção e quando não têm com quem deixar às crianças, costumam levá-las para a Universidade. Nesse caso, nem mesmo o tempo do estudo em sala de aula é garantido ara essas mulheres, pois dividem a atenção entre as explicações e o cuidado com o filho.

## AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA (OU A AUSÊNCIA DESSAS) PARA AS MULHERES-MÃES-TRABALHADORAS NOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE

Ao completar 40 anos de fundação, a Universidade do Sudoeste da Bahia-UESB, divulgou que suas políticas afirmativas “garantem” universidade de todos e para todos. As políticas de permanência chamadas de ações afirmativas dentro da instituição eleva a visão de que a academia é um local de inclusão e onde todos podem e devem estar. Analisando os dados divulgados pela Secretaria Geral de Cursos no ano de 2020, o acesso à permanência é uma iniciativa concomitante a ação de reservas de vagas para cotistas por questões raciais/étnicas e portadores de alguma deficiência ou necessidade especial (Figura 11), a instituição também dispõe de programas de permanência para o estudante a exemplo da residência Universitária (embora com poucas vagas para o contingente de discentes), auxílio alimentação, transporte, bolsas do Programa de Assistência Estudantil-PRAE e o “auxílio creche”.

Figura 11: Total de Alunos Ingressantes na UESB por Cotas (2009-2019)



Fonte: Secretaria Geral de Cursos, In: Revista Eletrônica da UESB.

A reserva de cotas é uma forma de incluir a classe menos favorecida na sociedade, para nós a classe trabalhadora, por esse meio, jovens e adultos que não receberam um ensino de qualidade nos níveis fundamental I e II, podem aumentar suas chances de acessarem o ensino superior público. Os programas de assistência estudantil, na universidade, são importantes para a permanência dos discentes no espaço acadêmico, além de jovens das regiões periféricas da cidade, famílias de baixa renda, em que muitos se deslocam de outras cidades para acesso ao ensino superior. O auxílio para a alimentação e o transporte é fundamental para esse grupo, assim como também a residência universitária que possibilita jovens de famílias carentes a se manterem nos campus da universidade.

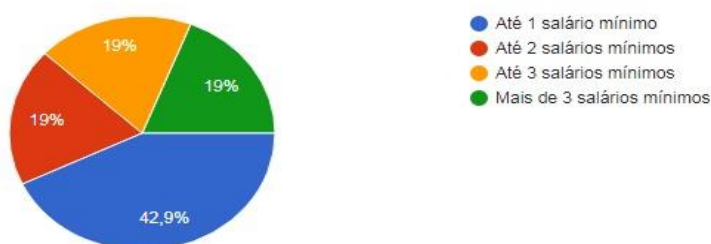
Mas, apesar de reconhecer a importância desses programas de assistência estudantil, na UESB, inclusive com a criação de uma Pró-Reitoria com essa finalidade, deve-se reconhecer que esses têm seus limites, e os recursos se tornaram mais escassos, com a suspensão de recursos federais. Considera-se, ainda, que esses recursos podem chegar, ao menos em parte, para aquelas que são centrais nesta pesquisa monográfica: as mulheres-mães-trabalhadoras. Entretanto, não há um avanço no sentido de um programa que atenda às



demandas mais específicas dessas – que também são parte da comunidade acadêmica. Uma dessas ausências se dá, sobretudo, pelo não acesso a creche, ou mesmo um serviço pedagógico de cuidado e acompanhamento de seus filhos quando a permanência dessas mulheres no espaço acadêmico. Como apontado por esta pesquisa, 66% das estudantes entrevistadas acessam o ensino noturno, período em que a creche não funciona, fato que, por diversas vezes e por não terem com quem deixar seus filhos, faz essas mulheres levarem suas crianças para o ambiente da sala de aula. Existe toda uma polêmica em torno do funcionamento de creches no turno noturno, uma vez que deve ser garantindo a criança o descanso a partir de um determinado horário da noite, mas a Universidade poderia ter alguns espaços reservados com cuidadores e camas para que essas crianças pudessem descansar enquanto as mães estudam, por exemplo.

Outro dado que reforça os argumentos já apresentados neste estudo, a de que acessar o espaço acadêmico acabam funcionando como uma expectativa de melhoria das condições de vida dessas mulheres-mães-trabalhadoras é a condição material bastante comprometida, e até mesmo precária. É o que pode ser observado na figura 12 a seguir:

Figura 12: Renda familiar das mulheres-mães-trabalhadoras na UESB (2021).

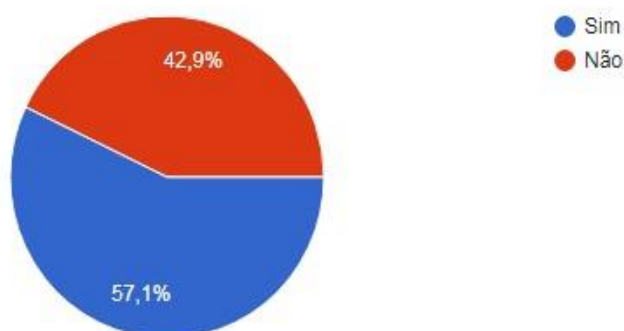


Fonte: *Formulário de Pesquisa - Google Forms (2021)*

Conforme informações obtidas por meio de formulário, que compôs a figura 12, quase a metade das entrevistadas (42,9%) declararam uma renda familiar de até 1 salário mínimo, uma realidade de precariedade e dificuldade concreta para a reprodução da vida e o sustento adequado dos filhos. Apenas 19% dessas entrevistadas declararam renda familiar de mais de 3 salários mínimos.

Os programas de permanência estudantil são importantes e possibilitam as alunas com renda familiar baixa, melhorar um pouco as condições de manutenção no espaço acadêmico, por meio do qual almejam melhor inserção futura no mercado de trabalho, visando crescer a renda familiar (com remunerações, até então, muito baixas). Porém, as políticas de permanência na UESB não assiste à todos dentro da sua comunidade, existe processo seletivo e os recursos são limitados. Assim, o público não favorecido passa por grande dificuldade para prevalecer na condição de estudante do nível superior. Dentre esse grupo estão também as mulheres-mães-trabalhadoras, que além de estarem na universidade, desenvolvem o trabalho doméstico, e ainda atuam profissionalmente durante dia. Algumas se declaram camponesas, e através do trabalho em pequenas frações de terra vendem seus produtos, gerando uma renda e não dependem exclusivamente dos seus companheiros. O desenvolvimento de atividades laborais por parte dessas mulheres-mães-estudantes entrevistadas pode ser observado na figura 13 a seguir.

Figura 13: Mulheres discentes da UESB com renda trabalhista (2021).

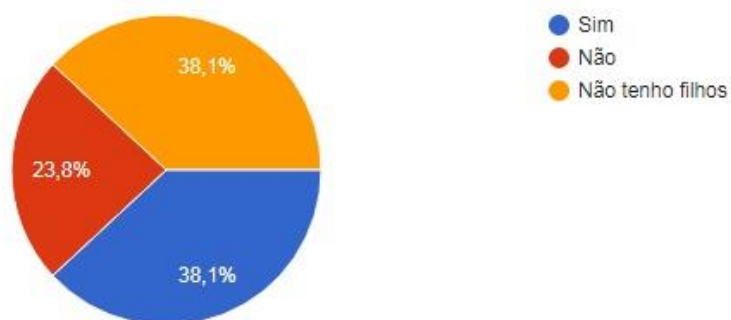


Fonte: *Formulário de Pesquisa – Google Forms (2021).*

Os dados acima mostram que 57,1% das entrevistadas desenvolvem atividade econômica fora dos espaços da universidade, ou seja, a maior parte do seu tempo é usado para o sustento da família, e restam poucas horas para as produções acadêmicas e rotina de estudo, além do cuidado com os filhos e a casa. Por isso, precisam de assistência para seu desenvolvimento estudantil. Importante destacar que, mesmo quando algumas estudantes declaram não desenvolver atividades laborais, no sentido de assalariadas, participam da economia familiar, muitas vezes produzindo algo para vender, não raro em seus próprios espaços reprodutivos. A longa jornada de trabalho dificulta o acesso às aulas no turno noturno, ainda mais as mulheres que são mães, com filhos para alimentar e cuidar.

Muitas dessas mulheres precisam de rede de apoio para estudar, são pessoas da família ou amigos, vizinhos, que se dispõem a ajudar olhando seus filhos para que as mesmas possam trabalhar e assistir as aulas na instituição. Na UESB o número de mulheres que necessitam dessa ajuda é expressivo (Figura 14).

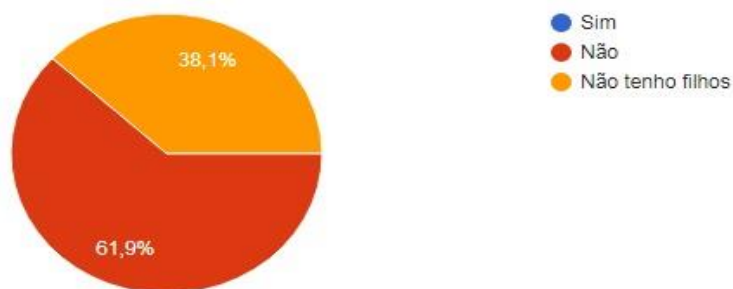
Figura 14: Mulheres que precisam de rede de apoio para permanecer na UESB (2021).



Fonte: *Formulário de Pesquisa – Google Forms (2021).*

Em grande medida, as políticas afirmativas de permanência estudantil não se aplica a essas mulheres-mães-trabalhadoras estudantes do noturno na instituição UESB, a elas é negado o direito ao auxílio creche. Levar os filhos para a sala de aula é, muitas vezes, uma atitude de desespero para essas mulheres, pois almejam dar as crianças um futuro melhor através da sua qualificação profissional. Sala de aula na academia não é local adequado para crianças, não tem conforto, nem rotina, se dormem devido ao estado natural da condição infantil, suas mães as mantem nos braços – fazendo um grande esforço para segurá-las e escrever. Por muitas vezes, as entrevistadas relataram que professores e colegas auxiliam a mãe, revezando os braços ao segurar a criança; assim também quando o *stress* é grande e as crianças choram (o choro é a comunicação para dizer que não está sendo bom para ela estar ali), professores se compadecem das mães e interrompem a aula momentaneamente para que a criança seja acalmada e sintam-se melhor. A ausência de creche ou local adequado para os filhos dos alunos, quando os mesmos não tem outra opção a não ser levá-los para a universidade, é também a ausência de ações afirmativas.

*Figura 15: Índice de Mulheres-mães-trabalhadoras do turno noturno que não receberam auxílio creche na UESB (2021)*



*Fonte: Formulário de Pesquisa – Google Forms. (2021)*

Como a referida pesquisa direcionou-se para mulheres, em suas várias expressões e situações, embora o objetivo maior fosse atingir as mulheres mães, outras mulheres-trabalhadoras também demonstraram interesse em participar da pesquisa, sendo algumas casadas, mas ainda sem filhos. Os dados de pesquisa acima mostram que a política de permanência na universidade não abrange as mulheres-mães-trabalhadoras do noturno. É negado a essas mulheres o direito ao auxílio que pela instituição é disponibilizado (em parte, como já apontado) a estudantes e funcionárias (nos turnos matutino e vespertino) da UESB. As trabalhadoras que estudam à noite são desvalorizadas dentro e fora da instituição, seus esforços são vistos, mas, muitas vezes, ignorados, sua voz é silenciada e o direito ao acesso ao ensino superior torna-se restrito à condição de não exercer a natureza de reprodução da vida. A universidade negligencia às mães-estudantes, o direito ao ensino superior quando a elas não é dado condições para estar nos espaços acadêmicos.

Na pesquisa realizada com as mulheres dentro da instituição, lhe foi perguntado o que dificulta a permanência dessas jovens na universidade, suas respostas envolviam trabalho, custo alto para locomoção até a instituição, cuidados com os filhos, falta de rede de apoio, em

não ter com quem deixar os filhos, ausência de creche no turno matriculado. Observemos alguns trechos dos depoimentos de algumas dessas mulheres:

“Em meu caso, conciliar trabalho, família e universidade foi difícil, visto que, eu priorizei a família e o trabalho, pois era quem mantinha meu sustento.” (V.S. Discente entrevistada, 2021).

“não tenho com quem deixar meu filho para ser cuidado, enquanto vou a faculdade ou enquanto assisto as aulas, diversas vezes já o fiz com ele no colo. Também o fator financeiro, e a falta de assistência as mães vinculadas a instituição.” C.B. – Discente Entrevistada, 2021).

“Quando tive meu filho, desistir no 2º semestre, por não poder levar meu filho para a universidade, por falta de creche.” A.M. – Discente entrevistada, 2021).

Nas respostas que se obteve acima, algo chamou a atenção: quando a maioria das entrevistadas declararam estar cansada. O cansaço em não ter apoio, em segurar seus filhos nos braços em sala por 4horas-aulas, em não conseguir se alimentar direito devido a rotina estressante, em cumprir longas jornadas de trabalho e ter o trabalho precarizado, em grande parte informal, realizado dentro da própria casa, devido ao desemprego. Cansativa e suprimida é a vida das mulheres-mães-trabalhadoras nos espaços acadêmicos. Tal constatação aponta para a necessidade de ações permanentes de inclusão de mulheres-mães-trabalhadoras na universidade, elas precisam ser vistas e respeitadas.

## **O OLHAR DA MULHER-MÃE-TRABALHADORA E ESTUDANTE DA UESB - CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**

Até aqui, foi possível se observar o duro cotidiano de reprodução das mulheres-mães-trabalhadores-estudantes, dentro e fora do ambiente acadêmico. Para parcelas de uma sociedade machista e patriarcal, adentrar e sentar-se nos bancos de uma Universidade Pública, é uma grande ousadia para essas, mulheres, como se esses espaços não lhes coubessem, ou as mesmas devessem se direcionar, exclusivamente, aos cuidados com a casa, os filhos, e o trabalho remunerado. Afinal, nessa sociedade machista e misógina, se a mulher quer estudar e galgar caminhos profissionais, não deve engravidar, como se essa fosse responsabilidade única e exclusiva sua. Mas, esse mesmo raciocínio cruel e misógino não se direciona aos homens-pais-trabalhadores-estudantes.

Engravidei no primeiro semestre da universidade, eu e o pai da minha filha entramos juntos na universidade, hoje eu ainda não terminei nem meu TCC e ele já está com mestrado defendido e com projetos para o doutorado. Acredito que a maternidade pesa muito. (S.A. – Entrevistada, 2021).

A universidade é sonho de muitas famílias (conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco ou laços afetivos e vivem na mesma casa). É comum no Brasil em lares de família, não ter nenhum membro com diploma do nível superior, muitas mães não puderam seguir os estudos devido a rotina de cuidar da casa, dos filhos e ainda ter que trabalhar fora. Então, ao se falar da geração de mulheres que conseguiram ingressar nos espaços acadêmicos, devem ser incluídos as suas famílias e a trajetória de vida delas. A maternidade não deve ser um peso para uma mulher, afinal ela reproduz a vida, porém muitas se sentem desprestigiadas pela

sociedade de forma a sentir o seu melhor momento como peso para a sua vivência. A diferença da responsabilidade entre o pai e mãe, em muitos momentos, fica patente. Para a mulher, os filhos são a sua motivação e a sua remissão, por compaixão (ou mesmo por culpa) ela, muitas vezes, abandona seus sonhos, metas, objetivos para cuidar dos seus filhos.

Na sociedade patriarcal-capitalista, o homem também tem a sua responsabilidade de pai, porém a sobrecarga maior não deixa de ser para o lado feminino. A maternidade, para a mulher que opta por ela, é um momento especial, cheio de mistérios, doloroso e prazeroso, ao mesmo tempo, uma dor que é superada pelo amor maternal. O nascimento de uma criança também é o nascer de uma mãe, a mulher muda seu modo de pensar, de agir, se torna mais corajosa, não mede esforços para proporcionar aos filhos uma vida sadia.

Estar dentro da universidade, para a mulher-mãe-trabalhadora, é, na maioria das vezes, a única opção para conquistar o seu espaço na sociedade, ser vista e reconhecida pelo seu profissionalismo e merecimento. É a possibilidade, ainda que remota e futura, de ofertar aos filhos a opção de almejar também fazer parte da academia, se profissionalizar e conquistar melhor condição de vida. Mas, infelizmente, o sonho logo pode virar pesadelo: o espaço da universidade é seletivo, é espinhoso, e por vezes inacessível para essas mulheres. Na maior parte das vezes, essas estudantes tornam-se invisíveis para os padrões institucionais; não têm apoio, não sente que pertence a esse lugar, e se questiona por não ser compreendida, porque ninguém sente as suas dores, o seu cansaço, a sua falta de liberdade, o seu psicológico abalado. O puerpério e o pós-puerpério, é uma fase física e psicologicamente dolorosa para a mãe. No momento em que ela estar dentro da instituição de ensino superior, se consolida um turbilhão de sentimentos – que somados à pressão nos estudos, os cuidados com os filhos, suas responsabilidades domésticas e do trabalho, se constitui um fardo pesado e impossível de carregar.

A maternidade transforma a mulher, a fortalece e ao mesmo tempo a fragiliza, as dificuldades encontradas são muitas e há a esperança de que tudo um dia melhore. Mas, a realidade concreta, também mostra a sua face. No espaço acadêmico, a ausência de políticas afirmativas para a permanência das mulheres-estudantes-trabalhadoras-e-mães as levam a exaustão e não raro o abandono de seus cursos antes da conclusão. O acesso a esse espaço – que deveria ser de relações sociais efetivas e trocas de experiências e formação profissional, se torna espinhoso e desproporcional. Para essas mulheres, é praticamente impossível estudar, ler todos os textos, dedicar-se à pesquisa e ter bons resultados quando não encontra apoio para estar nesses ambientes.

Com a sobrecarga de trabalho, muitas mulheres optam pela desistência, abandonam os cursos, optam em criar seus filhos para que quando a sua criança esteja independente, ou mesmo um pouco mais crescida, ela possa retornar aos estudos, o que raramente acontece. Essa desilusão com o espaço acadêmico, que por excelência deveria ser um ‘espaço de esperança’<sup>8</sup>, de consolidação do saber e transformação da vida, deixa de assim ser visto na realidade concreta dessas mulheres. E isso acontece quando as políticas de permanência para estudantes não lhe são contempladas. É frustrante para essas mulheres entrevistadas precisar trabalhar o dia todo e por ser aluna do noturno não ter direito a creche, assim também é para as mulheres que vivem sob o regime do patriarcado, desafiam o sistema e passam a estudar durante o dia, enquanto seus companheiros trabalham e não podem continuar os estudos devido à falta de vaga na creche para seus filhos que precisam estar com ela dentro da instituição.

As ações afirmativas que preveem a permanência dessas mulheres dentro da universidade não funcionam para todas, isso é uma forma de exclusão para essas mulheres-mães-trabalhadoras. A campanha onde a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –

---

<sup>8</sup> Em alusão a obra de David Harvey, de título homônimo.

UESB, diz que a o espaço acadêmico é de “todos e para todos” não abrange as mães, não abrange as mulheres negras (em grande medida) que também são mães, não abrange as mulheres indígenas que são mães, e se esse programa não abrange toda a comunidade acadêmica, logo, ele não é inclusivo no seu sentido pleno, é somente uma forma de justificar à sociedade o seu posto de agente transformador, mas que, na essência, não prioriza a consolidação de ações específicas que contribuam para que essas que reproduzem a vida, possam permanecer no espaço acadêmico e concluir seu tão sonhado curso superior.

Em uma perspectiva mais ampla, afere-se que a sociedade machista-patriarcal-e-misógina, opta por punir as mulheres, não as vê e não as querem, em determinados espaços; mas, contraditoriamente, são essas que geram a vida, que geram a força de trabalho, e, portanto, toda a riqueza que é produzida. Assim, se manter nos espaços, acadêmicos, do trabalho, da reprodução da vida, e da vida para além do trabalho, é o maior ato de rebeldia que essas mulheres podem fazer.

## CONSIDERAÇÕES

O tema proposto neste estudo visou compreender e expor a situação da “mulher-mãe-trabalhadora e estudante” nos espaços da UESB, suas dificuldades e precariedade do trabalho. Evidenciando os problemas relacionados a maternidade durante a graduação, ficando evidente a falta de assistência para que essas se mantenham nesses espaços.

A instituição de ensino superior, com recorte na UESB – Campus de Vitória da Conquista-BA – no qual desenvolvemos essa pesquisa, oficialmente possui políticas de permanência dos estudantes matriculados, mas, no que abrange ao sexo feminino, as ações afirmativas de permanência não atende as mães-trabalhadoras dentro dos espaços acadêmicos. As alunas passam por constrangimento em sala de aula com suas crianças, por não terem com quem deixar seus filhos após a jornada de trabalho e nem dispõem de um local adequado na universidade para crianças durante as aulas da graduação, vivendo o cotidiano de vê-los adormecer e não receber acolhimento, nem ambiente para a alimentação. Vale ressaltar, também, que os banheiros não possuem instalações para troca de fraldas, considerando que muitas mulheres-mães retornam para a sala de aula com crianças de colo após a licença maternidade. Os problemas enfrentados pela mulher-mãe-trabalhadora na Universidade são antigos e com a pandemia foram agravados com o ensino remoto: dificuldade de concentração – devido aos cuidados com os filhos e com o trabalho no lar, o que resultou em baixo rendimento nos estudos, dentre outras questões. Com a queda da renda familiar devido ao desemprego, muitas dessas mulheres entrevistadas viveram a precarização do trabalho, desenvolvendo atividade informal da cozinha de casa e outras, com cargas horárias de trabalho de mais de 16 horas diárias. O *stress* feminino na pandemia foi acrescido devido à sobrecarga na já longa jornada de trabalho, com muitas atividades acadêmicas (além da não disponibilidade de equipamentos), além de, muitas vezes, se tornarem únicas responsáveis pelo acompanhamento e as atividades escolares dos filhos, devido ao fechamento das escolas.

Vê-se que a crise estrutural expande seus efeitos nefastos sobre a classe trabalhadora, e no país afetou diretamente as mulheres trabalhadoras, com alto índice de desemprego em todos os setores de mercado. Dados do IBGE nos anos de 2020 e 2021, portanto no auge da pandemia, vão dar conta de evidenciar que o desemprego afetou, sobretudo mulheres negras com filhos de até 5 anos de idade. Famílias com mais de um trabalhador que estão fora do mercado de trabalho, foram confinados nos espaços da reprodução da vida (o espaço doméstico), sem alimentação e perspectiva de melhora. Em sua sociedade patriarcal, o confinamento nos espaços domésticos, representam para as mulheres, a constante

possibilidade da violência, e com o isolamento decorrente da difusão do Sars-Cov-2 o silenciamento de suas dores. Infelizmente, na perda da renda familiar, as mulheres foram as mais prejudicadas, pois além de estarem, em grande parte, fora do mercado formal de trabalho, ficaram presas em casa com seus companheiros, muitas vezes violentos<sup>9</sup>. Durante a pandemia, opressão feminina foi um fator preocupante destacado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que ocasionou em aumento tanto da violência quanto dos casos de feminicídios. E muitas dessas mulheres circulam nos corredores das universidades, sendo invisíveis dentro da instituição. Se abandonadas por seus companheiros, cabe a essas mulheres o sustento da família, e a mobilidade entre os espaços da produção (o trabalho e a qualificação para o trabalho) e da reprodução da vida (os espaços domésticos – do cuidado com a casa e os filhos) torna a rotina de trabalho ainda mais extenuante, senão ininterrupta.

Esta pesquisa foi realizada para que as mulheres-mães-trabalhadoras-estudantes fossem vistas. A invisibilidade institucional é também uma forma de opressão, os problemas vividos dentro da graduação, trabalhadoras levadas a exaustão por cumprir tripla jornada de trabalho e se fazer presente dentro da sala de aula sem assistência, auxílio creche, acompanhamento psicológico e exclusão – por não poder participar dos grupos de pesquisa os quais fortalece o conhecimento produzido dentro da universidade, é negar o direito ao ensino superior para essas mulheres. A quem considere que esta negação era algo do passado, porém se metamorfoseia, sendo, ainda, vivido por muitas mulheres-trabalhadoras-mães dentro da academia. É o que demonstrou a referida pesquisa. Ao longo dos anos em que conseguem se manter dentro dos espaços acadêmicos, essas mulheres passam por diversas dificuldades e, em geral, podem ser denominadas de “heroínas” ao alcançarem o diploma. Mas, este título não as representa, o que as caracteriza é a vontade de vencer, sair dos espaços negados para os espaços reconquistados, conquistar a qualificação profissional e alcançar uma melhor condição de vida para si e seus familiares, inclusive seus filhos, o que, na sociedade produtora de mercadoria e do desemprego, nem sempre é possível.

A universidade como espaço de produção e reprodução da vida, onde o conhecimento deve ser usado para minimizar os problemas da sociedade e propor medidas para inserção de setores excluídos da mesma, ainda tem muito a avançar em suas políticas e ações afirmativas. Essas são fundamentais para a manutenção de parcelas significativas da classe trabalhadora – e seus filhos – dentro do espaço acadêmico; mas precisa considerar às especificidades, em uma sociedade machista e patriarcal, do que é ser mulher-mãe-trabalhadora e estudante. Essa demanda é expressa na vida de dezenas de mulheres estudantes que responderam ao questionário de pesquisa, e almejam que a universidade possa, efetivamente, lhe ser espaço de transformação social.

## **REFERÊNCIAS:**

AAPA, UESB. **Atribuições da Assessoria Especial de Acesso, Permanência e Ações Afirmativas.** Disponível em: <http://aapa.uesb.br/estrutura/atribuicoes/> último acesso 10julho2022.

---

<sup>9</sup> É preciso demarcar que esta pesquisa compreende que a crise do capital é estrutural, conforme apontado por Mézáros (2002) dado aumento da produtividade do trabalho, do aumento da extração de mais-valia relativa, sobretudo, e da incapacidade do capital de absorver e explorar toda força de trabalho descartável que criam, incidindo no desemprego e, obviamente, no consumo e, portanto, no próprio processo de acumulação, como uma contradição desse. Portanto, a crise não se restringe ao período pandêmico, mas essa, certamente a agrava, ao elevar o desemprego e colocar ainda mais trabalhadores na condição do desemprego.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio Sobre Afirmação e negação do Trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 1999.

BRASIL DE FATO. **Dispensa Maternidade: 50% das mães são demitidas até dois anos após licença, diz FVG**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/16/dispensa-maternidade-or-50-das-maes-sao-demitidas-ate-dois-anos-apos-licenca-diz-fgv> último acesso 10julho2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia dos espaços da miséria. **Revista Scientia Plena**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2005.

CORREIO BRASILIENSE. **Crise da Covid tira 66 milhões de mulheres do emprego**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4923182-cri-se-da-covid-tira-66-milhoes-de-mulheres-do-emprego.html>. Último acesso: 05maio2022.

CUT NOTÍCIAS. **Mulheres são as mais afetadas pelos impactos da pandemia no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-sao-as-mais-afetadas-com-os-impactos-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho-7aaa> ultimo acesso 10julho2022.

FERNANDES, Fernanda. **A História da Educação Feminina**. MULTIRIO, 07 de março de 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina> último acesso: 04julho2022.

FOLHA DE SÃO PAULO, Folhajos. **Mulheres fazem jornada tripla, e home office na pandemia amplia desequilíbrio de gênero na justiça**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/home-office-na-pandemia-amplia-desequilibrio-de-genero-na-justica.shtml?origin=folha> Último acesso 12abril2022.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Mercado de trabalho e Desigualdade de Gênero. Fui contratada grávida: os casos que desafiam tabu de empregar gestantes e mães**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/fui-contratada-gravida-os-casos-que-desafiam-tabu-de-empregar-gestantes-e-maes.shtml> Último acesso 12abril2022.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa Visíveis e Invisíveis: a vitimização de mulheres no Brasil**. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/) último acesso 01julho2022.

FREIRES, Thaís Chaves. **Geopolítica da Fome: a produção dos espaços de miséria em tempos de crise estrutural do capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA, 2021.

GAZZOLA, Tranquillo e AZAMBUJA, Maria Lucia Franco. A mulher e o processo produtivo. **PUBLICATIO**. UEPG – Ciências Humanas, 8 (1): 31-49, 2000. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/9/6> último acesso: 02dez2019.

GOVERNO FEDERAL. **Conhecendo o SISU**. Sistema de Seleção Unificada (SISU). Brasil. Disponível em: <http://www.sisu.mec.gov.br/como-funciona> último acesso 01dez2022.

GUIA Covid-19, **violência contra mulher**. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52016/OPASBRACOV1920042\\_por.pdf?ua=1](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52016/OPASBRACOV1920042_por.pdf?ua=1) último acesso: 27junho2022.

IBGE, **Contagem da População**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=popula%C3%A7%C3%A3o+atual&start=20>. último acesso: 07abril2022.



IBGE, **Estática, Social, Trabalho**. PNAD Continua – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Continua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>> último acesso: 07abril 2022

IBGE, PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. último acesso 10junho2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pandemia Afetou Mais o trabalho de Mulheres Jovens e Negros**. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37963](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963) último acesso: 05jul2022.

LEBRÃO, Jemeffer Souza. **As mulheres do café em Vitória da Conquista/BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11569/1/Arquivototal.pdf> último acesso: 30nov2019.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

MANZANO, Sofia. **Quem é a classe trabalhadora brasileira?** Blog da Boitempo. 2019 Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/12/03/quem-e-a-classe-trabalhadora-brasileira/> último acesso 04nov2022.

MÉSZÁROS, István. **Para Além Do Capital – Rumo a Uma Teoria da Transição**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

MOTA, Débora. **Trajatória de Inserção das Mulheres no Ensino Superior**. FAPERJ, 28.08.2014. Disponível em: <https://siteantigo.faperj.br/?id=2748.2.6> último acesso 04julho2022.

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA. **Feminicídio no Ceará**. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/feminicidio-crime-ceara/> Ultimo acesso: 22junho2022.

OLIVEIRA, Daniela. **Mulheres na Luta por Espaço e Igualdade Ontem e Hoje**. UNIRIO, 08/03/2021. Disponível em: <http://www.unirio.br/news/mulheres-na-luta-por-espaco-e-igualdade-ontem-e-hoje> último acesso: 05julho2022.

PORTAL G1, Economia. **Participação de mulheres no mercado de trabalho tem o 5º ano de alta, mas remuneração segue menor que dos homens**, diz IBGE. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-tem-5o-ano-de-alta-mas-remuneracao-segue-menor-que-dos-homens-diz-ibge.ghtml> Ultimo acesso: 09abril2022

PORTAL G1. **Mulheres foram maioria entre os que perderam emprego em 2020**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/08/mulheres-foram-maioria-entre-os-que-perderam-emprego-em-2020.ghtml>. Ultimo acesso: 5maio2022

PORTAL UOL. **Perda de Emprego e Renda na Pandemia no Isolamento Deixa Mulheres mais Expostas a Violência**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/perda-de-emprego-e-renda-na-pandemia-nao-isolamento-deixa-mulheres-mais-expostas-a-violencia.shtml> último acesso: 29junho2022.

ROCHA, Fátima Crislaine Batista. **Trabalho, divisão do Trabalho e oposição entre Campo e Cidade na Produção do Espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGE, UESB. Vitória da Conquista/BA, 2018.

SAFFIOTI, Heleith. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. Editora Expressão Popular – 3ª Edição, 2013.

SANTOS, Ernando Vieira da Silva; [SOUZA, Suzane Tosta](#). Ensino Superior, Espaço Urbano e Implantação do Sistema de Cotas na UESB, Vitória da Conquista/Ba. **OKARA: Geografia em Debate** (UFPB), v. 12, p. 193-212, 2018.

SILVA, Jessica Oliveira. **Trabalho e Trabalho Feminino nos Limites da Reprodução dos Espaços: Um Esboço Teórico- Metodológico**. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGeo – UESB, 2021.

SIMONI, César. A Covid-19 e o direito à cidade aos pobres no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Coord.). **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Programa de Assistência Estudantil**. UESB. Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga. Disponível em: [http://www2.uesb.br/prae/?page\\_id=173](http://www2.uesb.br/prae/?page_id=173) ultimo acesso: 30nov2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Políticas Afirmativas Garantem Universidade de Todos e Para Todos. **Revista Eletrônica**. disponível em: <http://www2.uesb.br/revistaelectronica/politicas-afirmativas-garantem-universidade-de-todos-e-para-todos/> ultimo acesso: 05julho2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Jornal eletrônico**. Universidade Publica tem papel Social Intelectual e Econômico. disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/universidade-publica-tem-papel-social-intelectual-e-economico/> último acesso 05julho2022.

VALOR ECONOMICO. **IBGE: Mulheres tem mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI**. disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml> último acesso 10julho2022.